

DETERMINANTES DA QUALIDADE DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA

Denise de Cuffa¹
Gilmar Ribeiro de Mello²

RESUMO

A governança eletrônica é tendência emergente que busca reformular a forma como o Governo trabalha e com base em operações no espaço virtual fornece serviços e permite a participação dos cidadãos. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo investigar os determinantes da qualidade das práticas de governança eletrônica dos Estados Brasileiros. Para tal, será utilizada a pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico e para investigar os determinantes da qualidade das práticas de governança eletrônica utilizar-se-á a técnica estatística denominada de regressão múltipla, através do *software* estatístico SPSS[®]. A amostra escolhida é os Estados Brasileiros, totalizando 26 observações, referentes ao ano 2009, sendo que houve a necessidade de exclusão do Distrito Federal devido a falta de disponibilidade de alguns dados. Para a realização da regressão será utilizado, como variável dependente, representando as práticas de governança eletrônica, o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB). Como variáveis independentes, representando os determinantes da qualidade da governança eletrônica, serão utilizados os seguintes indicadores: PIB per capita, Renda domiciliar per capita média, Coeficientes de Gini, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, População, Capacidade de endividamento e Investimento em tecnologia da informação. Deste modo, pôde-se concluir que dentre as variáveis, população e renda domiciliar foram as que apresentaram maior significância na qualidade das práticas de governança eletrônica.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Eletrônica; Estados Brasileiros; Transparência.

1 INTRODUÇÃO

Os governos atuam em um ambiente complexo, de modo que há necessidade de adaptar-se às novas realidades, à globalização e à era do conhecimento, sendo estes fatores responsáveis por moldar a sociedade da informação, contexto no qual as tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm papel crucial no modo como o Estado cumpre suas principais funções.

As novas tecnologias mudam a abordagem da gestão pública, de forma que cidadãos, empresas e demais organizações buscam por acesso ao governo de modo cada vez mais rápido e facilitado, na expectativa de que os programas governamentais estejam focados em suas necessidades. Assim, novas formas de prestação de serviços e novos estilos de governança são as alternativas que proporcionam melhoria na percepção geral ao serviço público.

Na visão de Mello (2009), pode-se entender que a governança deve estar relacionada com a habilidade e a capacidade de o governo desenvolver, de forma eficiente e responsável, a gestão dos recursos e das políticas públicas; tornar o

¹ Acadêmica do 4º ano do curso de Administração da Unioeste, *campus* Francisco Beltrão/PR.

² Doutor em Ciências Contábeis. Professor do curso de Administração e Ciências Econômicas da Unioeste, *campus* Francisco Beltrão/PR.



governo mais aberto, responsável, transparente e democrático; criar mecanismos que proporcionam a participação da sociedade no planejamento, decisão e controle das ações, permitindo o alcance do bem comum.

Vale lembrar que, Stoker (1998) afirma que o valor da governança baseia-se na sua capacidade de dispor uma estrutura que possibilita o entendimento das mudanças dos processos de governar. Portanto, a governança é considerada "boa" quando se atribui e gera recursos para responder aos problemas coletivos (MIMICOPOULOS *et al.*, 2007). Assim, a qualidade e quantidade de bens públicos prestados aos cidadãos são fatores que deverão ser avaliados nos Estados, devido ao fato de quanto maior for a qualidade e a quantidade de bens entregues, melhor será o nível de governança (ROTBURG, 2004-05).

Surge, então, a governança eletrônica, que não consiste, apenas, em disponibilizar serviços *on-line* e de uma administração pública mais eficiente, aquela é parte integrante da governança pública.

A governança eletrônica é vista como uma tendência emergente que busca reformular a forma como o Governo trabalha, de modo que a governança deve basear-se em operações no espaço virtual, economia digital, além de lidar com as sociedades relacionadas com o conhecimento (GHOSH; ARORA, 2005).

Assim, a governança eletrônica como parte integrante da boa governança assegura a mais eficiente utilização dos recursos na promoção do desenvolvimento; reforça a participação, responsabilidade e *accountability*; e serve como base para reduzir a pobreza e obter o desenvolvimento sustentável (HOPE, 2002).

Considerando o exposto acima, entende-se ser importante propor mecanismos que possam verificar/acompanhar o desenvolvimento dos aspectos relacionados à governança eletrônica, como forma de pressionar os gestores públicos municipais a implantarem práticas que permitam o fornecimento de serviços, informações e maior participação cidadã no governo, tendo como instrumento de auxílio a internet. Este fato permite minimizar os problemas de assimetria informacional entre os gestores e o cidadão, minimizar o problema das escolhas públicas e reduzir os custos de transação.

Dessa forma, a questão de pesquisa que norteia esse trabalho é: quais os possíveis determinantes da qualidade da governança eletrônica dos Estados Brasileiros?



Para responder essa questão, o presente trabalho tem como objetivo investigar os determinantes da qualidade das práticas de governança eletrônica dos Estados Brasileiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de governança eletrônica

Na visão de Panzardi *et al.* (2002), a introdução da governança possibilita que cidadãos comuns tenham igual direito de ser uma parte dos processos de tomada de decisões que os afetam, direta ou indiretamente, e os influenciam melhorando as suas condições e a qualidade de vida.

A governança eletrônica insere-se, exatamente, no contexto de transformações da sociedade da informação no qual as TICs permitem, por um lado, melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos e, por outro, incrementar a capacidade estatal de fornecer informações públicas aos diversos públicos-alvo que delas necessitam.

A governança eletrônica é composta pelo governo eletrônico e democracia eletrônica. Desta forma, entende-se como governo eletrônico o conceito que abrange as atividades baseadas nas TICs que o Estado desenvolve, visando proporcionar melhoria, otimização, fornecimento e maior transparência aos serviços oferecidos aos cidadãos, possibilitar o aumento da participação cidadã e transformar as relações internas e externas, resultando no aumento da eficiência da governança (RUELAS; ARÁMBURO, 2006).

Democracia eletrônica consiste na utilização dos recursos das TICs, visando promover o aumento do grau e da qualidade da participação pública no governo, de modo que, os cidadãos encontrem apoio, de forma flexível, na participação da vida pública através da tecnologia da informação (MOON, 2002; CABRI *et al.*, 2005; RUELAS; ARÁMBURO, 2006).

A governança eletrônica requer vários elementos da boa governança, como a transparência, *accountability*, participação, integração social, reforma da gestão financeira pública e desenvolvimento, contudo as áreas mais comuns da aplicação da governança eletrônica são: educação, transportes, agricultura, tributação e de receitas, aplicação da lei, comércio eletrônico e regulamentos dos negócios (PAUL, 2007).



Desta forma, a partir do exposto, entende-se como governança eletrônica a aplicação da governança mediante suporte eletrônico, a fim de possibilitar o processo de divulgação das informações e as atividades de administração do governo de forma eficiente, rápida e transparente, além de proporcionar novos conceitos de cidadania no que diz respeito às necessidades dos cidadãos e suas responsabilidades; abrange, ainda, novos estilos de liderança, novas formas de debater e decidir as políticas e os investimentos, de acesso à educação, de ouvir os cidadãos e de organizar e fornecer as informações e serviços (UNESCO, 2005), conforme demonstra a figura abaixo.

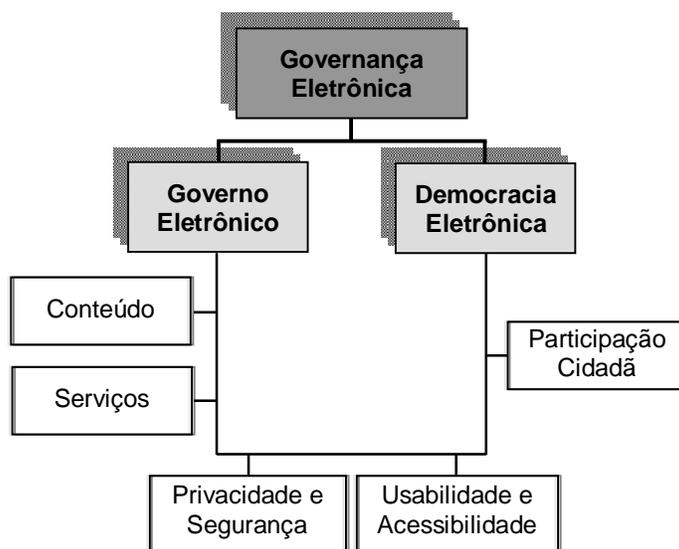


Figura 1 - Estrutura das práticas de governança eletrônica
Fonte: Mello (2009)

2.2 Base teórica da governança eletrônica

A governança eletrônica é fundamentada nas teorias da agência, da escolha pública e dos custos de transação.

A teoria da agência originou-se do problema da divergência de interesses resultantes da separação entre propriedade e gestão nas organizações. Nas entidades públicas a relação de agência é observada nas ações do agente (gestor público), pois afeta o bem-estar do agente e do principal (cidadão).

A teoria da escolha pública refere-se ao processo pelo qual as preferências individuais estão relacionadas às decisões coletivas. De modo que, as motivações dos políticos resumem-se na forma como estes se comportam, objetivando a

maximização da probabilidade da sua eleição, isto é, eles são maximizadores de votos (SAMUELSON; NORDHAUS, 1993).

A teoria dos custos de transação refere-se à relação dos custos decorrentes da coleta de informações, de negociação e do estabelecimento de contratos (COASE, 1991). São custos que os agentes econômicos enfrentam todas as vezes que recorrem ao mercado (PONDÉ *et al.*, 1997).

A partir das considerações, conforme Mello (2009), a governança eletrônica tem como objetivos a minimização dos problemas de agência, reduzindo a assimetria informacional entre o agente (gestor público) e o principal (cidadão); a minimização dos problemas relacionados ao comportamento dos gestores públicos, de modo que as decisões destes sejam baseadas na maximização do bem comum e não dos interesses próprios; e a redução dos custos de transação.

2.3 A governança na gestão pública

A crescente disponibilização de informações dos principais órgãos de governo na esfera federal leva, gradativamente, os Estados e os Municípios a também se estruturarem devido ao aumento da procura por informações governamentais e a necessidade legal de maior transparência nas ações do gestor público (MELLO; SLOMSKI, 2010).

A internet surgiu no Brasil em 1988 e, por meio de investimentos constantes, vem acompanhando as tendências observadas em outros países que optaram pelo uso intensivo das TICs como estratégia de reforma ou modernização das estruturas administrativas, talvez com um pouco mais de ênfase na infraestrutura (Ibid.).

Portanto, no entendimento dos autores, o acesso a serviços e informações disponibilizados pela internet, possibilita aos cidadãos e empresas acompanharem o desenvolvimento significativo do governo eletrônico no Brasil, de modo que a utilização da internet permite melhorar as condições de vida dos cidadãos e empresas.

2.4 Aspectos sobre a qualidade da governança

De acordo com Plumptre e Graham (1999, p. 8), a boa governança pode ser definida como “um modo ou um modelo de governança que conduz a resultados sociais e econômicos almejados pelos cidadãos”.



A adoção do paradigma da boa governança implica uma gama de condições institucionais para o desenvolvimento econômico e político e para a redução significativa da pobreza (GRINDLE, 2007). Além disso, a qualidade da governança é determinada pelo seu impacto no exercício de poder sobre a qualidade de vida dos cidadãos (HUTHER; SHAH, 1999).

Muitas pesquisas foram desenvolvidas com o objetivo de mensurar a boa governança e dessas pesquisas é possível encontrar conclusões de que a qualidade de um sistema de governança de um país é um fator determinante da capacidade de prosseguir o desenvolvimento econômico e social sustentável (SANTISO, 2001).

Corroborando essa abordagem, o World Bank (2001) afirma que a boa governança é vista como um ingrediente essencial para a redução da pobreza e Grindle (2004) acrescenta que, considerando que a boa governança se destina a reduzir a corrupção, melhorar a prestação de contas, a descentralização governamental, melhorar a gestão dos recursos públicos, melhorar a igualdade perante a lei, utilização eficiente dos recursos, a prestação efetiva dos serviços, a participação na tomada de decisão política etc., a governança pode ser essencial para a redução da pobreza.

Para justificar que a boa governança auxilia o desenvolvimento, o UNDP (2002) apresenta três razões: desfrutar de liberdade política e participar das decisões que moldam a própria vida são fundamentais para os direitos humanos; a boa governança ajuda a proteger as pessoas de catástrofes econômicas e políticas, como a fome e outras crises. Existe uma correlação direta entre a má governança e a fome, por exemplo, na África. Em outras palavras, os países que frequentemente sofrem de fome na África, tendem a não ter uma boa governança; a boa governança pode promover o desenvolvimento sustentável por permitir aos cidadãos influenciarem as políticas que promovam o crescimento e a prosperidade e refletirem as suas prioridades.

Ao tratar das formas de avaliação do desenvolvimento econômico e social, Huther e Shah (1999) sugerem que: o desenvolvimento social dentro de um país é avaliado mediante dois componentes amplamente conhecidos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina estimativas de esperança de vida,



níveis educativos médios e renda per capita, e os coeficientes de Gini³ (que quantificam o grau de desigualdade de renda); enquanto o desenvolvimento econômico pode ser avaliado pela renda per capita.

Para o World Bank (2000), a renda per capita é um forte preditor de pobreza, mortalidade infantil e analfabetismo, sugerindo que a boa governança melhora o bem-estar dos pobres.

Já, de acordo com Mimicopoulos *et al.* (2007), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é a medida mais comumente utilizada de sucesso do país e representa uma unidade de medida que tenta medir o bem-estar econômico que pode resultar em boa governança, entre outros fatores. Mas é imperfeito como um guia para o bem-estar econômico da nação. O bem-estar da nação depende de fatores não incorporados nos cálculos do PIB, tais como: a desigual distribuição de renda; a qualidade do ambiente ou o tempo de lazer. Assim, um país que desfruta de uma distribuição de renda muito desigual teria um menor nível de bem-estar do que um com o mesmo PIB, mas menos pobreza.

Utilizando as formas de avaliação do desenvolvimento econômico e social, as análises empíricas sugerem uma correlação positiva entre governança e o nível de resultado, investimento, capital humano, liberalização econômica e resultado bruto distribuído na sociedade (TAVARES; WACZIARG, 2001). Como exemplo de trabalhos que encontraram correlação entre governança e indicadores de desenvolvimento econômico e social tem-se: Huther e Shah (1999) e Kaufmann e Kraay (2002) encontraram uma alta correlação entre governança e renda per capita; Kaufmann *et al.* (2005) encontraram alta correlação entre governança e IDH.

Da mesma forma, outros autores como Kaufmann *et al.* (1999) e Siegle *et al.* (2004) mostraram que a qualidade da governança é positivamente associada com o crescimento econômico e desenvolvimento.

Além disso, com a adoção das análises de regressão, com dados de países, encontrou-se correlações significativas entre a boa governança e desenvolvimento (BARRO, 1991; KNACK; KEEFER, 1995; MAURO, 1995; BRUNETTI *et al.*, 1997; CHONG; CALDERÓN, 1997 e 2000; LEVINE, 1997; WORLD BANK, 1997;

³ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).



BURNSIDE; DOLLAR, 1998; FRIEDMAN *et al.*, 1999; HUTHER; SHAH, 1999; EVANS; RAUCH, 2000).

Mas, de acordo com Grindle (2007), muitos dos pesquisadores acima se tornaram interessados em utilizar técnicas estatísticas para verificar as relações de causa-efeito e, assim, argumentar que a relação entre governança e desenvolvimento é mais do que uma correlação, pode ser causa.

Entretanto, segundo Kurtz e Schrank (2007), têm-se que permanecer cautelosos nas afirmações de uma ligação causal entre a governança e crescimento, pois isso ainda é muito difícil de comprovar.

A utilização do IDH está prejudicada, tendo em vista que os dados mais recentes dos Municípios são referentes ao ano de 2000. Por isso, alguns autores já optaram por utilizar o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) em substituição ao IDH.

Segundo a Firjan (2010), o IFDM nasceu em resposta à necessidade de se monitorar anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios. O índice contempla três esferas (todas com peso igual): emprego e renda, educação e saúde. Essas esferas em conjunto com suas respectivas variáveis estão evidenciadas na Figura 1.

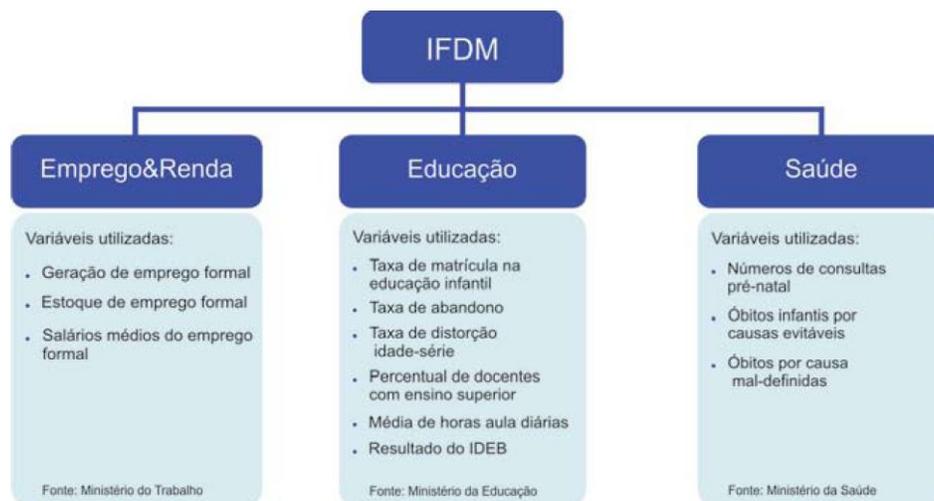


Figura 1 - Resumo das Variáveis Componentes do IFDM
Fonte: FIRJAN (2010, p. 29)

O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade, o que permite a comparação entre

Municípios ao longo do tempo. Com base nessa metodologia, segundo a Firjan (2010, p. 29) o IFDM tem a seguinte classificação:

- a) Municípios com IFDM entre 0 e 0,4 à baixo estágio de desenvolvimento;
- b) Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 à desenvolvimento regular;
- c) Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 à desenvolvimento moderado;
- d) Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 à alto estágio de desenvolvimento.

A existência de defasagem temporal de três anos entre a divulgação do resultado e o ano a que se refere o índice decorre do fato de serem utilizadas apenas estatísticas oficiais. Com efeito, somente em 2011 foi possível reunir concomitantemente os dados dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho para 2008.

Portanto, neste trabalho, optou-se por utilizar o PIB per capita e o IFDM como duas das medidas de desenvolvimento, as quais já foram utilizados em outros trabalhos, como o de Dalchiavon e Mello (2010).

Da mesma forma que estudos investigam a qualidade da governança, este trabalho foca na qualidade da governança eletrônica, pois entende-se ser parte importante da própria governança.

De acordo com a UNESCO (2005), o objetivo principal da aplicação da governança eletrônica é melhorar a boa governança, pois os recentes avanços nas TICs, em especial a internet, proporcionam oportunidades para a transformação das relações entre os governos e os cidadãos de uma forma nova, contribuindo, assim, para a realização dos objetivos da boa governança.

Sobre esse assunto, Mello (2009, p. 56) comenta que:

Principalmente na década passada, a contribuição das TICs na esfera pública passou de um papel restrito de suporte administrativo, para uma participação mais estratégica nas tomadas de decisão, auxiliando na implementação e avaliação de políticas governamentais. Em geral, boa parte da bibliografia mundial sobre o tema concentra-se em análises sobre países da OECD. Entretanto, em nações como o Brasil, apesar de seu *status* de economia em desenvolvimento, apresentam um uso intensivo dessas novas tecnologias.

Portanto, o impacto das TICs sobre o tempo é evidente. Elas permitem reduzir tarefas de controle de processos devido a que essas tarefas se automatizam. Isso é, transfere-se para as novas tecnologias funções exercidas pela força de trabalho humana. Esse mecanismo pode fazer desaparecer controles que emperram o andamento da administração. Da mesma forma, pode diminuir funções intermediárias, dada a maior facilidade permitida pelos sistemas para receber e transmitir a informação requerida seja para a tomada de decisões, seja para



executar as tarefas de controle, que agora podem ser realizadas em tempo real, mesmo a distância (SANCHEZ, 2005).

A TI no âmbito público passa obter papel essencial que, utilizada de modo adequado faz com que a qualidade de qualquer gestão pública seja dignificada. No entanto, é importante ressaltar que, ao invés de investigar de forma excessiva em tecnologias, o setor público necessita primeiramente repensar o modo pelo qual o governo deve funcionar, para que a partir disto, o mesmo possa buscar a TI como um grande auxílio para o setor (SANTO JR; OLIVEIRA, 2012).

2.5 IGEB (Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros)

O IGEB visa mensurar e monitorar o desenvolvimento da governança eletrônica dos Estados Brasileiros. Foi desenvolvido por Mello (2009) e já foi mensurado para 3 períodos (2009, 2010 e 2011).

Foi criado considerando uma escala de 0 a 100, de modo que cada um dos subgrupos (conteúdo, serviços, participação cidadã, privacidade e segurança e usabilidade e acessibilidade) recebe peso 20 ou 20%. Logo em seguida, considerando o número de práticas por subgrupo, é estabelecida a pontuação de cada prática dentro do subgrupo, dividindo o peso dado para o subgrupo pelo seu número de práticas.

Com o IGEB-2009, foi possível verificar o percentual de práticas implantadas pelos Estados e Distrito Federal. Deve-se destacar que os Estados de SP, RS, RJ, ES, PR, BA e MG são os que mais possuem práticas implantadas e os Estados de MS, RO, AP, RR, MA, GO e PE são os que menos possuem, respectivamente, ou seja, SP já implantou 71,40% das práticas sugeridas, enquanto MS apenas 37,31%, isso mostra uma disparidade significativa entre eles (MELLO, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi iniciado com a pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico e, conseqüentemente, a definição de todas as variáveis. Após essa identificação, foi elaborado um banco de dados com todos os Estados e seus respectivos indicadores, para então, aplicar a técnica estatística denominada de regressão múltipla (utilizou-se o *software* estatístico SPSS®) entre o IGEB e os indicadores da qualidade da governança referentes ao ano de 2009.



Lembrando que, a regressão múltipla refere-se a uma metodologia de possibilita a realização de previsão de valores de uma ou mais variáveis dependentes (respostas) por meio de um conjunto de variáveis independentes (explicativas). De modo que, a aplicação desta técnica estatística é grande importância por permitir que se estime o valor de uma variável baseando-se num conjunto de outras variáveis. Em outras palavras, quanto mais significativo for o peso de uma variável isolada, ou de um conjunto de variáveis independentes, mais se poderá afirmar que alguns fatores afetam mais o comportamento de uma variável de resposta especificamente procurada, do que outros (KASZMAR; GONÇALVES, 2012).

A amostra escolhida consistiu nos 26 Estados Brasileiros, sendo que houve a necessidade de exclusão do Distrito Federal devido a falta de disponibilidade de alguns dados.

Como variável dependente, representando as práticas de governança eletrônica, será utilizado o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB) de 2009. Como variáveis independentes, representando os determinantes da qualidade da governança eletrônica, foram utilizados os seguintes indicadores, todos do ano de 2009:

- PIB per capita – Produto Interno Bruto per capita dos Estados e do Distrito Federal, obtido no *site* do IPEADATA;
- Renda domiciliar per capita média, obtido no *site* do IPEADATA;
- Coeficientes de Gini, obtido no *site* do IPEADATA;
- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), obtido no *site* do IPEADATA;
- População, obtido no site do IBGE;
- Capacidade de endividamento, medido pela diferença entre a relação entre Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, que indica quanto da receita líquida está comprometida com o montante das dívidas líquidas, e o limite de endividamento definido pelo Senado Federal; obtidos no site da Secretaria do Tesouro Nacional, no banco de dados do Finbra (Finanças Brasil);
- Investimento em tecnologia da informação, obtidos no site da Secretaria do Tesouro Nacional, no banco de dados do Finbra (Finanças Brasil).



4 RESULTADOS

Inicialmente, os dados de todas as variáveis utilizados na regressão foram submetidos aos testes de multicolinearidade (*Variance Inflation Factor – VIF*), ausência de autocorrelação serial (*Durbin Watson*), normalidade (*Kolmogorov-Smirnov*) e homoscedasticidade (*Pesarán-Pesarán*). Os resultados confirmaram que esses pressupostos foram atendidos.

Após os pressupostos da regressão terem sido verificados, executou-se a regressão com todas as variáveis independentes, conforme Tabelas 1 e 2.

Na Tabela 1 tem-se o teste Anova, o qual testa a significância do modelo como um todo. Nesse caso, como o sig. é de 0,002 < que o nível de significância de 0,05, conclui-se que o modelo é significativo, portanto, pode ser considerado.

Tabela 1- Anova da regressão com todas as variáveis^b

Modelo	Soma dos quadrados	df	Média quadrada	F	Sig.
Regression	1118,859	7	159,837	5,563	,002 ^a
Residual	517,147	18	28,730		
Total	1636,006	25			

a. Preditores: (Constante), RendaDom, CapEnd, TI, GINI, POP, IFDM, PIBpercap

b. Variável dependente: IGEB

Mas, ao analisar a Tabela 2, percebe-se que apenas a variável população (POP) é significativa ao nível de 5%, pois o sig. de todas as outras são maiores que o nível de significância. Desse modo, mesmo o modelo ser significativo não se deve utilizá-lo, pois as variáveis individualmente não são.

Tabela 2- Coeficientes da regressão com todas as variáveis^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
(Constante)	-18,446	32,704		-,564	,580
POP	6,986E-7	,000	,740	2,294	,034
TI	-4,539E-8	,000	-,228	-,769	,452
PIBpercap	,000	,001	,307	,727	,476
GINI	74,899	44,003	,314	1,702	,106
Cap.End	-1,348	2,180	-,100	-,618	,544
IFDM	27,754	33,603	,273	,826	,420
RendaDom	,001	,020	,017	,038	,970

a. Variável dependente: IGEB

Após várias tentativas, combinando as variáveis, para encontrar o modelo estatisticamente significativo, se chegou a regressão apresentada nas Tabelas 3 e 4.



5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar os determinantes da qualidade das práticas de governança eletrônica dos 26 Estados Brasileiros.

De modo que, através da relação feita entre o IGEB e as variáveis o PIB *per capita* dos Estados, renda domiciliar *per capita* média, coeficientes de Gini, IFDM, população, capacidade de endividamento e investimento em tecnologia da informação, foi possível identificar que somente a população e renda domiciliar são estatisticamente determinantes da qualidade das práticas de governança eletrônica.

Dessa forma, há indícios que os Estados maiores e com melhor renda domiciliar possuem mais práticas implantadas, ou seja, influenciam positivamente na qualidade das práticas de governança eletrônica.

Com relação a contribuição deste estudo, destaca-se a importância de discutir a governança eletrônica e seus determinantes no contexto do uso adequado das novas tecnologias da informação para melhorar a vida do cidadão.

Os resultados alcançados, aliados aos poucos estudos remete a novos estudos na área. Desta forma, recomenda-se aos interessados o aprofundamento dos achados deste estudo, reaplicando-o anualmente para acompanhar a evolução e possíveis benefícios da qualidade das práticas de governança eletrônica nos Estados e outras instituições públicas.

REFERÊNCIAS

BARRO, Robert. **Economic growth in a cross section of countries**. Quarterly Journal of Economics, v. 106, n. 2, p. 407-433, 1991.

BRUNETTI, Aymo; KISUNKO, Gregory; WEDER, Beatrice. **Institutional obstacles to doing business**: region-by-region results from a worldwide survey of the private sector. Policy research working paper n.1759, Washington D.C.: World Bank, 1997.

BURNSIDE, Craig; DOLLAR, David. **Aid, the incentive regime and poverty reduction**. Policy research working paper n.1937, Washington D.C.: World Bank, 1998.

CABRI, G.; FERRARI, L.; LEONARDI, L. (2005). **A role-based mobile-agent approach to support e-democracy**. Applied Soft Computing, 6(1), 85–99.

CHONG, Alberto; CALDERÓN, Cesar. **Institutional change and poverty, or why is it worth it to reform the state?** Washington D.C.: World Bank, 1997.

_____. **Causality and feedback between institutional measures and economic growth**. Economics and Politics, v. 12, n. 1, p. 69-81, 2000.

COASE, Ronald. **The institutional structure of production**. American Economic Review, n. 82, p. 713-719, 1991.



DALCHIAVON, Eloisa Carla; MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Investimentos versus Desempenho Econômico**: um estudo nos Municípios Paranaenses com mais de 50.000 habitantes. Encontro de Economia... 2010.

EVANS, Peter; RAUCH, James. **Bureaucratic structures and growth**: a cross-national analysis of the effects of “weberian” state structures on economic growth. *American Sociological Review*, v. 75, n. 1, p. 49-62, 2000.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Ano Base 2007. Ano 3, 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 15/04/11.

FRIEDMAN, Eric; JOHNSON, Simon; KAUFMANN, Daniel; ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. **Dodging the grabbing hand**: the determinants of unofficial activity in 69 countries. *Journal of Public Economics*, v. 76, n. 3, p. 459-493, 1999.

GHOSH, Atanu; ARORA, Nitin. **Role of e-governance frameworks in effective implementation**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON E-GOVERNANCE – ICEG, 3., 2005. Anais... Disponível em: <<http://www.iceg.net/download/E-Governance.pdf>>. Acesso em: 10/08/2008.

GRINDLE, Merilee S. **Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries**. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 17, n. 4, p. 525-548, 2004.

_____. **Good enough governance revisited**. *Development Policy Review*, v. 25, n. 5, p. 553-574, 2007.

HOPE, Kempe Ronald. **From Crisis to Renewal**: Towards a successful implementation of the new partnership for Africa’s development. *African Affairs*, v. 101, n. 404, p. 387-402, 2002.

HUTHER, Jeffrey; SHAH, Anwar. **Applying a simple measure of good governance to the debate on fiscal decentralization**. Social Science Research Network - SSRN. Nov. 1999. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=620584>. Acesso em: 20/06/2012.

KASZMAR, I.K.; GONÇALVES, B.M.L. **Regressão múltipla**: uma digressão sobre seus usos. IBCI – Institucional Business Consultoria Internacional. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibci.com.br/Regressao_Multipla.pdf>. Acesso em: 13/08/2012.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart. **Growth without Governance**. *Economia*, v. 3, n. 1, p. 169-229, 2002.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. **Governance Matters**. Policy Research Working Paper 2196. Washington, DC: World Bank, 1999.

KAUFMANN, Daniel; LEAUTIER, Frannie; MASTRUZZI, Massimo. **Governance and the city**: an empirical exploration into global determinants of urban performance. World Bank Policy Research Working Paper 3712. Sept. 2005. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=545723>. Acesso em: 15/06/2012.

KNACK, Stephen; KEEFER, Philip. **Institutions and economic performance**: cross-country tests using alternative institutional measures. *Economics and Politics*, v. 7, n. 3, p. 207-227, 1995.



- KURTZ, Marcus J.; SCHRANK, Andrew. **Growth and governance: models, measures, and mechanisms.** The Journal of Politics, v. 69, n. 2, p. 538-554, 2007.
- LEVINE, Ross. **Law, finance and economic growth.** Washington D.C.: World Bank, 1997.
- MAURO, Paolo. **Corruption and growth.** Quarterly Journal of Economics, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995.
- MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos Estados Brasileiros.** São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. **Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros (2009):** no âmbito do poder executivo. JISTEM – Journal of Information Systems and Technology Management (online), vol. 7, n.2, São Paulo: 2010.
- MIMICOPOULOS, Michael G.; KYJ, Lada; SORMANI, Nicolas; BERTUCCI, Guido; QIAN, Haiyan. **Public governance indicators: a literature review.** New York: ST/ESA/PAD/SER.E/100, United Nations, 2007.
- MOON, M. J. (2002). **The evolution of e-government among municipalities: rhetoric or reality?** Public administration Review, 62(4), 424-433.
- PANZARDI, R.; CALCOPIETRO, C.; IVANOVIC, E. F. (2002). **New-economy sector study: electronic government and governance - lessons from Argentina.** Working paper. Washington, DC.: World Bank, jul. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 05/08/2012.
- PAUL, S. (2007). **A case study of E-governance initiatives in India.** The International Information & Library Review, 39, 176-184.
- PLUMPTRE, Tim; GRAHAM, John. **Governance and good governance: international and aboriginal perspectives.** Institute On Governance, dec. 1999. Disponível em: <<http://iog.ca/sites/iog/files/govgoodgov.pdf>>. Acesso em: 22/08/2012.
- PONDÉ, João Luiz; FAGUNDES, Jorge; POSSAS, Mario. **Custos de transação e políticas de defesa da concorrência.** Revista de Economia Contemporânea, v. 1, n. 2, p. 115-135, 1997.
- SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia.** 13. ed. São Paulo: McGRAW-HILL, 1993. Traduzido por Elsa Nobre Fontana e Jorge Pires Gomes.
- SANCHEZ, Oscar Adolfo. **Os controles internos da administração pública: a e-governança e a construção de controles no Governo do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SANTISO, Carlos. **Good governance and aid effectiveness: the world bank and conditionality.** The Georgetown Public Policy Review, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2001.



SANTOS JR., J. R.; OLIVEIRA, R. C. R. **Um olhar qualitativo para governança eletrônica na administração pública.** 2012. Disponível em: < http://www.aedb.br/seget/artigos06/740_artigo_final_ampliado-final.pdf>. Acesso em: 11/08/2012.

SIEGLE, Joseph T.; WEINSTEIN, Michael M.; HALPERIN, Morton H. **Why Democracies Excel.** Foreign Affairs, v. 83, n. 5, p. 57-71, 2004.

STOKER, Gerry. **Governance as theory: five propositions.** International Social Science Journal, v. 50, n. 155, p. 17-28, mar. 1998.

ROTBURG, Robert I. **Strengthening governance: ranking countries would help.** The Washington Quarterly, v. 28, n. 1, p. 71-81, 2004-05.

RUELAS, Ana Luz; ARÁMBURO, Patricia Pérez. **El gobierno electrónico: su estudio y perspectivas de desarrollo.** UNIrevista, v. 1, n. 3, jul. 2006.

TAVARES, Jose; WACZIARG, Romain. **How democracy affects growth.** European Economic Review, v. 45, n. 8, p. 1341-1378, 2001.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report: Deepening democracy in a fragmented world.** New York: Oxford University Press, 2002. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_2002_en_complete.pdf>. Acesso em: 16/06/2012.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. (2005). <http://portal.unesco.org> **Defining E-governance.** Disponível em: < >. Acesso em: 02/09/2012.

WORLD BANK. **World development report.** Washington, D. C.: World Bank, 1997.

_____. **Reforming public institutions and strengthening governance: a world bank strategy.** Washington, D. C.: World Bank, 2000.

_____. **World Development Report 2000/2001.** New York: Oxford University Press, 2001.

